

SBPdePA Entrevista Elisabeth Zambrano

Médica psicanalista. Doutora em Antropologia Social.

SBPdePA – Gostaríamos de saber um pouco sobre sua trajetória profissional, e sobre como surgiu seu interesse no estudo da *Parentalidade, Homoparentalidade e Família*?

E.Z. – A minha trajetória profissional e o interesse por determinados temas, certamente, vêm se cruzando permanentemente ao longo da vida. Sou formada em Medicina pela UCPEL, e quando terminei a graduação já tinha claro que queria fazer a formação psicanalítica sem ter que passar por uma residência em psiquiatria. Mudei-me para o Rio de Janeiro e iniciei a formação psicanalítica na SBPRJ. Ao entrar em contato com as ideias freudianas sobre complexo de Édipo, teoria da castração, simetria entre a sexualidade masculina e a feminina, feminilidade etc., achei que essas formulações não respondiam de modo satisfatório às minhas dúvidas e interrogações sobre o desenvolvimento psíquico de homens e mulheres e suas especificidades. A minha principal questão, já naquele momento, era: o que faz com que um indivíduo nascido biologicamente homem ou mulher se constitua psiquicamente como homem ou mulher? Também já questionava a maneira como era entendida pela psicanálise a construção da orientação do desejo sexual na direção da hetero ou da homossexualidade. Essas dúvidas continuaram presentes até o final da formação psicanalítica. Quando retornei a Porto Alegre, além do trabalho no consultório, coordenei alguns grupos de estudo sobre *gênero e sexualidade* buscando autores psicanalíticos que tivessem avançado em outras hipóteses, mais esclarecedoras e mais adequadas ao contexto sociocultural do final do século XX. Aos poucos, fui confirmando que o estudo da identidade sexual, considerada como sendo composta pelo conjunto sexo/gênero/sexualidade, não poderia ser feito sem considerar os atravessamentos sociais e culturais da nossa época.

Neste momento, procurei a antropologia, na tentativa de ampliar o conhecimento do tema, abrindo a reflexão de maneira a incluir não apenas o sujeito em relação a si mesmo, mas também o sujeito em relação ao seu contexto externo e posição sociocultural. Ou seja, me interessava conhecer tanto os componentes intrassubjetivos quanto os intersubjetivos do sistema sexo/gênero/sexualidade.



Partindo daí, fiz um mestrado em antropologia social na UFRGS, cujo tema de pesquisa foi a transexualidade e a cirurgia de *troca de sexo*. Naquele momento, o meu objetivo era saber o que levava homens e mulheres nascidos *normais* biologicamente a buscarem uma adequação *anatômica* ao *sentimento* de pertencer ao outro sexo e quais as implicações individuais e sociais daí decorrentes.

O acesso à antropologia me abriu um extenso campo de estudo sobre como eram percebidos e vivenciados sexo/gênero/sexualidade nas diferentes culturas, mostrando, inclusive, como as estruturas familiares eram organizadas em relação ao sexo/gênero/sexualidade dos seus componentes. Permitiu, também, relativizar algumas *certezas* que trazia da formação médica. Pude observar a influência da cultura nas nossas concepções de saúde/doença, constatar que a *diferença* não é sinônimo de patologia e, principalmente, desconstruir a ligação *natural* do sexo (biológico) com o gênero (social) e, conseqüentemente, com a sexualidade (orientação do desejo sexual). Percebi que nem sempre um homem (ou mulher) biológico se sente como sujeito masculino (ou feminino) e deseja uma mulher (ou homem). E mais, em outras culturas nem sempre o *masculino* (ou *feminino*) se apoia no biológico. As variações são enormes e, mais do que ao biológico, obedecem às regras *sociais* específicas de cada cultura. Um rápido exemplo são os índios guaiáquil, do Equador, para os quais a determinação do gênero, com suas atribuições sociais, se dá pela escolha de cada sujeito do uso do arco e flecha (masculino) ou do cesto (feminino). Não existe o desconhecimento da realidade anatômica do sujeito, mas existe a aceitação social do gênero ao qual ele quer pertencer. Até a escolha, o gênero é intercambiável.

Da mesma maneira, os estudos antropológicos da família e do parentesco mostram a existência de formas muito variadas de configurações familiares, nem sempre levando em consideração o fato biológico da fecundação.

Ao terminar o mestrado, tive contato com um grupo de psicólogos e assistentes sociais do Fórum Central de Porto Alegre, interessados em conhecer mais sobre homossexualidade e transexualidade, a fim de atenderem adequadamente as demandas de adoção por pessoas ou casais homossexuais que, já naquele momento, começavam a aparecer. Naturalmente, depois dessa experiência, me senti muito motivada a estudar a estrutura familiar específica dos casais do mesmo sexo e como era exercida a parentalidade nessas famílias. Este foi o tema do meu doutorado, feito também na UFRGS.

Embora o mestrado e o doutorado tenham sido feitos na antropologia social, durante a sua duração sempre busquei fazer um paralelo com a visão da psicanálise. Por isso, atualmente estou me dedicando a fazer a junção entre o conhecimento antropológico e o psicanalítico relacionado ao tema.

SBPdePA – Estamos falando em como tem se apresentado a parentalidade e a família na cultura ocidental ao longo do tempo. Sob uma ótica apurada, houve diferenças marcantes?

E.Z. – Sim, houve muitas diferenças, pois nem sempre a família ocidental se manifestou da forma como a conhecemos atualmente. Existiram agrupamentos ao longo do tempo que foram considerados familiares e não tinham a mesma configuração contemporânea.

Para entender o porquê dessas diferenças, temos que identificar o objetivo de determinada configuração, o sentido e/ou o valor atribuído a cada um dos seus elementos e os vínculos estabelecidos entre eles.

Tomando o exemplo da Roma antiga, vemos que na família romana o lugar mais importante era o do pai e todos os indivíduos que pertenciam a ela lhe deviam obediência e o serviam. Embora houvesse uma esposa e crianças, o grupo familiar incluía igualmente os agregados, os servos e os escravos. Importava pouco que as crianças não fossem seus filhos biológicos. O pai era o chefe da família e não necessariamente o genitor. Era mais uma questão de poder sobre os membros do que de consanguinidade.

Pouco a pouco, o sentido da família foi sendo modificado e passou a significar apenas os descendentes, caracterizando tanto aqueles originados do pai quanto os da mãe.

Durante a Idade Média, devido à influência da igreja e do direito canônico, o que fundava uma família não era mais a existência do pai, mas o casamento. Foram sendo misturadas a noção de vida conjugal com a de filiação e os vínculos que uniam as pessoas foram sendo considerados cada vez mais importantes.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que aconteciam profundas mudanças da sociedade, a família foi adquirindo o significado de *centro de estruturação da sociedade*. A partir de 1792, com a criação do estado laico na França e, depois de 1804, com a criação do Código Napoleônico, a filiação ficou cada vez mais subordinada ao casamento. Neste momento, o *pai* era, legal e socialmente, o marido da mãe, não importando se houvesse a dúvida de ser ou não o pai biológico, pois a finalidade do casamento e da família que ele funda era, cada vez mais, fortalecer o vínculo entre seus membros, principalmente o que liga o pai a uma criança. Assim, a partir daí, o que faz existir uma família é a relação entre seus componentes: a criança no centro, o pai e a mãe em torno dela. É apenas no final do século XIX que aparece a família nuclear tal como a conhecemos hoje. É também neste contexto que o *afeto* começa a ser considerado um valor familiar. O



afeto (ou *amor*) passa a ser incluído neste conjunto de relações como uma das características da concepção moderna de família.

Embora pareça óbvia, a definição de família não é muito simples. A antropologia nos mostra que, com algumas poucas exceções, em todas as culturas existe um tipo de agrupamento que poderia ser entendido como *família*, e em todos eles encontramos um conjunto de elementos que estão presentes, senão na totalidade, pelo menos em parte. São eles: o casamento (uma união sexual socialmente legitimada, com ideia de permanência), residência comum, obrigações econômicas recíprocas entre os cônjuges, direitos e deveres da parentalidade, relações de parentesco extenso e tabu do incesto. Entretanto, é necessário analisar a diferença que existe entre esta noção geral de família, de um lado, e suas diferentes manifestações, de outro.

As configurações podem ser muito diferentes, pois não existe um modelo de família *natural*, universal e fora da história. Temos que pensá-la como não fixa e não separada do contexto social no qual está inserida.

Por exemplo, na nossa sociedade, o modelo de família é a chamada *família nuclear*, composta de pai/mãe/filho. Este modelo é considerado o mais *natural*, já que está baseado em uma verdade biológica incontestável: até o momento atual, é necessário um óvulo e um espermatozoide para se conceber uma criança. Assim, a família nuclear procriativa parece se impor como uma verdade inquestionável, justamente por estar apoiada socialmente no fato biológico. Como consequência, é comum pensarmos que uma criança deva ter apenas um pai e uma mãe, juntando na mesma pessoa o fato biológico da procriação, a filiação, o parentesco e a parentalidade. Nem nos ocorre que esta relação tão *natural* possa ser submetida às leis sociais.

Por isso, é importante primeiro esclarecer que o vínculo familiar ligando um adulto a uma criança pode ser desdobrado em quatro elementos: a) a *procriação*, vínculo biológico dado pela concepção e herança genética; b) o *parentesco*, vínculo que une dois indivíduos em relação a uma genealogia, determinando o seu pertencimento a um grupo; c) a *filiação*, reconhecimento jurídico desse pertencimento, de acordo com as leis sociais do seu grupo; b) a *parentalidade*, exercício da função parental, implicando cuidados com alimentação, vestuário, educação, saúde etc., que se tecem no cotidiano em torno do parentesco.

Como se pode ver, com exceção da procriação, os outros vínculos serão sempre submetidos às leis sociais.

Mesmo no momento atual e em uma mesma sociedade, as estruturas familiares

se apresentam de forma muito variada. Basta considerar os modelos de família com os quais convivemos: a monoparental, quando apenas um indivíduo (homem ou mulher) é responsável pela criação de um filho; a família pluriparental recomposta, quando o casal parental se separa e constitui nova família, sendo a responsabilidade pela criação dos filhos repartida entre ambos os casais; a família adotiva, a família *de criação* e, ainda, as famílias homoparentais, quando os pais são do mesmo sexo. Todos esses modelos são chamados *família* por terem bem estabelecidos os vínculos entre seus componentes, independente do número e do sexo dos pais.

É interessante notar que a *nomeação* das configurações atuais da família é derivada da relação vincular estabelecida entre pais e filhos.

SBPdePA – Qual seria o aspecto fundamental que define família (função família) e parentalidade, independente da cultura na qual está inserida, e da época?

E.Z. – O aspecto mais universal dessa imensa variedade de modelos da instituição chamada *família* é, justamente, o vínculo estabelecido entre os indivíduos que são considerados como componentes dela. Podem ser diferentes em cada sociedade, e vai depender do que cada uma dessas sociedades considera necessário existir para que o grupo seja visto como a instituição *família*.

É por meio da relação entre adultos entre si e adultos com as crianças (sejam eles pais biológicos ou cuidadores, casados ou solteiros) que são definidos os valores e as características que constituem a família. A transmissão dos valores (familiares e sociais) de uma geração a outra, em qualquer época ou sociedade, se dá por meio da parentalidade, reproduzindo e mantendo as características de cada sociedade.

Assim, devido à grande variação dos papéis sociais parentais desempenhados nas diferentes culturas e períodos históricos — sem prejuízo ao desenvolvimento dos filhos — temos que compreender que parentalidade (o cuidado cotidiano das crianças) não é sinônimo de parentesco e filiação, e pode ser exercida por pessoa sem nenhum vínculo legal ou de consanguinidade com a criança como ocorre, por exemplo, nas famílias homoparentais, nas quais os pais ou mães participam cotidianamente da criação do filho, mesmo que legal e/ou biologicamente a criança seja filha de apenas um dos cônjuges.

Embora a antropologia não se detenha nos aspectos psíquicos da construção do indivíduo, ela considera o ser humano como essencialmente social, ou seja, só se constitui como sujeito humano na relação com outro humano. Já nós, psicanalistas, sabemos da importância dessas primeiras relações para o desenvolvimen-



to psíquico do sujeito, aí incluída a capacidade de viver satisfatoriamente as suas relações afetivas e sociais.

SBPdePA – No vértice psicanalítico, quando falamos em função materna e função paterna, estamos falando de funções psíquicas, independente da diferença biológica ou anatômica de quem as exerça. Mas as questões referentes a diferenciação sexual e identidade de gênero ficariam comprometidas para os filhos de casais Homoparentais? Há estudos sobre essa questão?

E.Z. – Freud nos proporciona uma ferramenta muito rica para pensar a família usando o complexo de Édipo como o lugar de articulação dos vínculos mais precoces do ser humano. Esta entidade restrita que une um homem, uma mulher e seu filho pode ser considerada como existindo desde a origem da humanidade, mas não tanto pelos indivíduos em si, ou pela sua anatomia, quanto pelos vínculos que estabelecem entre eles. Sabemos que isso tem a ver com a *dialética* de gerações (adulto/criança) e a *dialética* dos sexos/gêneros (masculino/feminino) antes do que *diferença* de sexos ou *diferença* de gerações. São esses vínculos que constituem a família, ou antes as famílias, pois se na nossa sociedade se poderia pensar que é o complexo de Édipo que estrutura a família, poderíamos pensar, também, que são as variações infinitas desse vínculo intrafamiliar – os variados complexos de Édipo – que caracterizam as formas infinitas de famílias.

Assim, o que cria o complexo, fator concreto da psicologia familiar, é o seu aspecto social. O complexo de Édipo define particularmente as relações psíquicas dentro da família humana mas não se pode realizar um salto teórico da família conjugal, nuclear, para uma hipotética família primitiva concebida como uma horda onde um macho domina, pela sua superioridade biológica, as mulheres férteis.

Ao invés de pensar a família universalizando o modelo edípico freudiano (que corresponde à família conjugal moderna fixando o trio pai-mãe-filho), talvez pudéssemos pensar em universalizar o complexo, permitindo buscar como traço comum a todas as sociedades a existência de vínculos no interior da multiplicidade de tipos de família, buscar um complexo que ligue sem fixar, o que se concebe em outras sociedades como sendo *pai, mãe e filho*.

Como ilustração, merece ser lembrado o famoso debate entre Freud e Malinowski, no qual o antropólogo questionava a universalidade do complexo de Édipo por não ter encontrado essa configuração em uma tribo matriarcal na qual a função paterna era exercida pelo irmão da mãe. O debate ficou sem conclusão na época mas, atualmente, se aceitarmos a premissa de que o que importa são os vínculos, o que consideramos *função materna* e *função paterna* poderia ser exercida por

qualquer pessoa que ocupe o lugar simbólico correspondente, inclusive o irmão da mãe.

Em relação à diferenciação sexual e identidade de gênero dos filhos de casais homossexuais, as pesquisas empíricas não indicam diferenças significativas em comparação com filhos de casais heterossexuais.

É importante saber que as pesquisas sobre famílias homoparentais tiveram início em meados dos anos 70, em alguns países da Europa, no Canadá e nos Estados Unidos. No começo, o que orientava as pesquisas era saber se haveria diferenças no desenvolvimento psicossocial das crianças, se os filhos de homossexuais seriam mais comprometidos psiquicamente, mais sujeitos à depressão ou outras doenças mentais, se haveria uma maior percentagem de filhos homossexuais, se pais homossexuais poderiam ser bons pais, entre outras questões de menor importância. O conjunto dos resultados, como já disse, não apontou diferenças, mas sim especificidades. As crianças de famílias homoparentais tendem a aceitar melhor as *diferenças*, não sofrem por parte dos pais imposições severas quanto à identidade ou papel de gênero, na adolescência têm mais probabilidade de fazer experiências sexuais com os dois sexos, embora a percentagem de autorreconhecimento posterior como *gays* seja semelhante em ambas as famílias.

O reconhecimento da diferença de sexo/gênero dessas crianças não depende apenas do sexo anatômico dos pais, ele é dado principalmente pela cultura. Alguns antropólogos assinalam que a atribuição de *homem* ou *mulher* se dá baseada no que chamam *órgãos sexuais culturais*, ou seja, não necessitamos ver os órgãos sexuais de alguém para considerá-lo homem ou mulher, essa atribuição é feita considerando a vestimenta, o cabelo, a atitude, etc. Ou seja, depende de como a pessoa se situa frente às proibições e prescrições dos papéis de gênero de cada cultura.

Muito antes de conhecer os órgãos sexuais dos pais e entender a sua sexualidade, as crianças já sabem o que é ser um homem ou uma mulher naquela sociedade. Isso acontece também com filhos de homossexuais.

Atualmente, as pesquisas se propõem a não mais buscar diferenças e possíveis patologias, mas estudar as especificidades dessas famílias.

SBPdePA – Como se apresenta a configuração edípica na criança, filho de um casal homoparental? Seria diferente de um casal heteroparental?

E.Z. – Ainda não existem pesquisas suficientes no campo da psicanálise para



afirmar se há diferenças na construção e elaboração do complexo de Édipo e quais são elas. A imensa maioria das pesquisas realizadas até hoje são do campo da psicologia e da antropologia, não enfocam o complexo de Édipo em si, mas as suas consequências. Porém, se pensarmos o Édipo em termos de lugar simbólico onde se constituem os vínculos familiares, ou seja, a *função parental*, podemos dizer que a função psíquica chamada *materna* ou *paterna* poderá ser desempenhada por qualquer dos parceiros, mesmo quando exercida de forma mais marcante por um ou outro dos membros do casal. O necessário é a presença de um *terceiro* para a separação psíquica entre cuidador(a) principal e o filho, uma das atribuições da chamada *função paterna*. Entretanto, nas discussões sobre famílias nas quais os pais são do mesmo sexo, há uma confusão entre o entendimento do que seja a função psíquica cumprida pelo *terceiro* e a anatomia da pessoa que a cumpre. Tanto nos casais *gays* quanto *lésbicos*, a função do *terceiro* pode ser exercida pelo parceiro/a do pai/mãe. Ao ser ele/ela o *objeto de desejo* do pai/mãe, introduz-se na fusão mãe-pai/filho inicial, mostrando ao filho a existência de um *outro* desejado e, com isso, inaugura a alteridade. Para o filho, não importa o sexo da pessoa para a qual o desejo do pai/mãe está direcionado. O importante é a descoberta da existência de uma outra pessoa, que não ele/ela, por quem o pai/mãe sente desejo.

Como já disse antes, não há nada indicando serem os filhos de casais homossexuais mais neuróticos do que os filhos de casais heterossexuais, mesmo que essas crianças tenham que realizar um trabalho psíquico maior para se adaptarem a uma sociedade que os discrimina.

SBPdePA – Observamos resistência e até mesmo preconceito, ao longo do tempo na sociedade, a respeito da formação de famílias homoparentais. Em sua visão, o que este preconceito estaria representando?

E.Z. – Acho que são muitos os fatores que levam ao preconceito. Talvez o principal seja o desconhecimento ou a falta de conhecimento, em um sentido amplo. Em relação ao conceito de família, não conhecer a enorme variedade de modelos de configurações familiares, não apenas nas sociedades atuais, mas ao longo da história, sem que haja prejuízo para as crianças do ponto de vista do seu desenvolvimento como sujeito humano.

Outro fator importante é a influência religiosa, principalmente das religiões judaico-cristãs, que nos oferecem como modelo a *sagrada família*, uma forma de família idealizada e sem sexualidade, ou com uma sexualidade apenas a serviço da procriação. Este talvez seja um dos maiores empecilhos para a aceitação da família homoparental, já que nela a sexualidade é explicitamente direcionada ao prazer e não procriativa.

Os conceitos de *natureza* ou *natural*, *normal*, *patológico* também fazem parte da construção de um senso comum que vê as famílias homoparentais como problemáticas por estarem fora dos parâmetros *normais*. É preciso não esquecer que a forma como encaramos a homossexualidade vai definir a forma como vamos conceber a homoparentalidade. Se consideramos a homossexualidade como patologia, dificilmente vamos aceitar a homoparentalidade. Daí a ideia de que pais homossexuais poderiam fazer muito mal aos seus filhos.

No próprio meio psicanalítico não existe consenso. Alguns consideram a homossexualidade como doença e acham que, por isso, seriam prejudiciais aos filhos; outros não são contrários à homossexualidade, mas temem os malefícios que essa condição possa ocasionar aos filhos; e outros, ainda, dentre os quais me incluo, consideram que tanto a homossexualidade quanto a homoparentalidade são apenas formas menos comuns de viver a sexualidade e a parentalidade.

Essa opinião é decorrência de uma das percepções mais importantes que obtive da minha experiência antropológica, com reflexo direto na minha prática psicanalítica: o ser humano é capaz de viver as suas relações e construir as suas instituições sociais de formas infinitamente diversas.

Outra constatação importante é de que tanto a psicanálise quanto a antropologia são saberes analíticos e não prescritivos. Ou seja, ambas se propõem a perceber, analisar, compreender e evidenciar os processos que ocorrem na construção psíquica do indivíduo e na construção social de cada cultura, sem ter como objetivo nada além do conhecimento. Nenhuma das duas está autorizada a fazer um julgamento moral sobre o seu objeto de estudo. É preciso ter claro que pessoas que fazem sexo com pessoas do mesmo sexo sempre existiram, assim como famílias que não correspondem ao nosso modelo atual. O que acontece neste momento é um aumento da sua visibilidade, o que explica a chegada desses indivíduos/famílias aos nossos consultórios.

Assim, a minha preocupação como psicanalista e antropóloga é auxiliar essas pessoas a conhecer e enfrentar as consequências psíquicas e sociais das suas especificidades, na direção de uma vida mais satisfatória, sem tentar induzi-las na direção de valores que são apenas meus.